



MUNICÍPIO DO CRATO **Assembleia Municipal**

Ata n.º 2/2015, 30 de abril

Aos 30 dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão dos Bombeiros Voluntários do Crato, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência do seu excelentíssimo Presidente, António Belo Salvado Pratas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Informação da Atividade da Câmara Municipal.**
2. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Avaliação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município - ano 2014;**
3. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, dos **Documentos de Prestação de Contas - 2014;**
4. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão ao Orçamento - 2015;**
5. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2015 - 2018;**

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal, registou-se a presença de António Belo Salvado Pratas, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, José António Bento Amaro, Francisco José Rei Alexandre, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Manuel do Santos Malaquias, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, José Filipe da Conceição Carrilho, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco e Armando Manuel Carrilho Coelho.



No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:
Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra;
Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo; Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.

No que respeita aos **membros do Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, José Correia da Luz e dos senhores Vereadores João Manuel Ferreira Farinha, João Teresa Ribeiro, Fernando Jesus Santos Gorgulho e Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes.

O eleito **José David Mendes Pereira** fez-se substituir pelo eleito **Rui Miguel Varela Chorinca**.

A eleita **Cláudia Sofia Carrilho Morgado Raposo** fez-se substituir pela eleita **Maria Natália Andrade Castelinho**.

Registou-se ainda a presença de público.

Verificado o quórum necessário o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Belo Salvado Pratas** deu início aos trabalhos.

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal uma **Declaração Política** apresentada pelo Grupo da CDU que se intitula “**Por ocasião do 41.º aniversário da Revolução de Abril**”, a qual foi lida e a Assembleia Municipal tomou conhecimento.

“Declaração Política

Por ocasião do 41.º aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e



Quifins
P.

realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afetam no seu quotidiano, o Governo intensificou o ataque ao Poder Local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril deverão ser sempre um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o País, em que se insere o ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende



ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

No sentido de:

Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.

Crato, 23 de Abril de 2015"

Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal uma **Declaração Política** apresentada pelo Responsável do Grupo da CDU, Fernando Carmosino que se intitula "**Pelo direito das populações ao transporte público e à mobilidade. Não ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros**", a qual foi lida e a Assembleia Municipal tomou conhecimento.

"Declaração Política

Pelo direito das populações ao transporte público e à mobilidade

Não ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros

O novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros foi proposto recentemente pelo Governo PSD/CDS através da Proposta de Lei n.º 287/XII, com a justificação da necessidade de "atualizar" e "adequar" os diversos instrumentos legislativos nacionais que regem o sector, e da "harmonização" com o regulamento comunitário que tem como horizonte temporal para ser feito 2019.

A avaliação negativa face a esta proposta de lei tem presente as consequências que esta, a ser aprovada, teria no funcionamento do sistema de transportes que tem um papel estruturante e estratégico na vida económica e social do País, pois através dela é garantida a mobilidade dos trabalhadores e populações, para além do peso e repercussões que têm os investimentos neste sector no geral da economia.

- 1. Com esta proposta de lei, o Governo do PSD/CDS afirma reconhecer o papel que as autarquias locais de há muito reclamam no planeamento e organização dos transportes públicos, mas de*



facto o que ele promove é a completa desresponsabilização da Administração Central nesta estruturante matéria para a vida das populações.

- 2. Em termos financeiros o Governo aponta às autarquias como caminho para financiar o sistema, não a transferência das verbas gastas com o seu funcionamento, mas mais e inaceitáveis aumentos de preços ou novas taxas a recaírem sobre as populações.*
- 3. A aplicação deste regime não significa integrar a opinião e contributo dos municípios no planeamento e organização do sistema, mas sim a responsabilização das autarquias pelo serviço público e seu financiamento, a desresponsabilização do Estado/central e a proliferação de centenas de autoridades de transportes.*
- 4. À exigência das populações e municípios de um modelo articulado de serviço público de transportes para o país, o Governo respondeu com a desarticulação do sistema e a indefinição de níveis e âmbitos de responsabilidades hierarquizados, colocando em causa a gestão eficiente das redes e interfaces.*
- 5. No âmbito das empresas públicas que têm um papel estruturante no funcionamento do sistema dentro das suas áreas de intervenção o Governo, ao mesmo tempo que diz que passa para os municípios responsabilidades insiste na sua entrega aos grupos privados. Ou seja aprofunda as consequências da opção privatizadora, aumento de preços e tarifas, redução da oferta, degradação da qualidade do serviço e a perda de passageiros.*
- 6. Esta é uma medida que, a ser implementada, levaria a uma ainda maior perda de utentes e agravamento dos problemas existentes.*

Crato, 30 de abril de 2015"

Tomou a palavra o eleito **Prof. José Tribolet, do PSD**, dizendo que esteve recentemente em reuniões na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, onde estes princípios, de várias tendências, estão a ser discutidas, como podem mobilizar com meios próprios das autarquias e com operadores privados, uma operação integrada de transportes para determinados fins, nomeadamente de crianças, de pessoas velhas, etc., em toda a região do Médio Tejo.

Disse que, só ficou com curiosidade de perceber se esta Lei que saiu e, que não conhece, está neste âmbito ou se está no âmbito apenas de regular transporte de passageiros sem ser este tipo de transportes sociais.



Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, esta sua declaração política tem como objetivo alertar para aquilo que são intenções do Governo, não tendo nada a ver com a questão que o Prof. Tribolet levantou e não tendo só a ver com os grandes centros urbanos.

Referiu que, não há nada na Lei que proíba que as Autarquias Locais, se associem e tomem iniciativas, pena é que ao longo destes anos não as tenham tomado.

Em termos de transportes públicos, o problema que houve a nível nacional e nomeadamente ao distrito de Portalegre, prende-se com o facto de terem transportes municipais e não terem sido ressarcidos economicamente aquando se apontou um outro caminho para municípios que não tinham transportes de passageiros.

Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal um **requerimento** apresentado pelo eleito **Prof. Tribolet**, sobre a **compatibilidade do exercício das funções de Presidente da Assembleia Municipal do Crato e a Prestação de Serviços à Câmara Municipal do Crato**, referente ao eleito António Belo Salvador Pratas.

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia Municipal, António Pratas**, dizendo que noutras sessões da Assembleia Municipal, já teve oportunidade de dizer que foi solicitado parecer à CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) sobre este assunto, a qual ainda não respondeu e, que, já esclareceu por várias vezes, que não tem nenhum contrato de prestação de serviços ou avença com a Câmara Municipal do Crato.

Tomou a palavra o **eleito Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que sobre esta matéria não é por acaso que o grupo da CDU não tem vindo a levantar problemas. Esclareceu que logo e imediatamente, no início deste mandato levantou esta questão com o objetivo claro e inequívoco de dignificar o órgão e a presidência.

Disse que, à época, foi informado que, houve uma subdelegação, do então jurista da Câmara Municipal do Crato, no Dr. António Pratas, para este continuar certos assuntos.

É da opinião que, o requerimento do Prof. Tribolet é pertinente e, que, se deve aguardar serenamente, o parecer da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional).



Tomou a palavra o eleito **José Filipe Carrilho, Independente**, dizendo que enviou um requerimento dia 9 de abril para a Assembleia Municipal, solicitando alguns esclarecimentos relativamente à ata n.º 3/2014, de 30 de abril, a qual diz que *“o eleito Fernando Carmosino da CDU, quis obter esclarecimentos relativos à legalidade de um ajuste direto da Câmara Municipal envolvendo o presidente da Assembleia Municipal. Esclareceu que o requerimento que iria entregar não visava a honra dos intervenientes mas tinha como objetivo clarificar o funcionamento do serviço”*, ao qual o Presidente da Assembleia Municipal responde que *“propõe assim que, por iniciativa da mesa se pedisse os pareceres a quem de direito.”*

Disse que, a sua opinião é esta, apenas tenta ajudar a fazer cumprir a Lei e tudo aquilo que se passa nesta Assembleia não passa disso, referindo que não é chicana política, não é ataque a ninguém, é apenas para fazer o que deve ser feito, enquanto eleito deste órgão.

Referiu que, na ata n.º 6/2014, de 30 de setembro, foi novamente levantada a questão pelo eleito Francisco Sampaio Soares, à qual o Presidente da Assembleia Municipal responde que *“em tempo oportuno responderá às questões que lhe foram colocadas, mas desde já esclarece que não tem nenhuma prestação de serviços, neste mandato, com a Câmara Municipal do Crato. O Dr. Azevedo Brandão, era o advogado consultor da Câmara Municipal do Crato e outorgou-lhe substabelecimento num processo que corre seus termos no Tribunal Central Administrativo Sul.”*

Posto isto, disse que o Presidente da Assembleia na sessão de 30 de abril de 2014 assumiu que tinha havido um ajuste direto, pois disse que ia pedir parecer, dizendo ainda que, houve uma incorreção dos serviços da Câmara pois *“não tem, nem nunca teve nenhuma prestação de serviços com a Câmara Municipal do Crato.”*

Relativamente ao parecer solicitado à CCDR, também tinha dúvidas, mas as mesmas foram esclarecidas, pois o parecer ainda não tinha chegado.

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas**, dizendo que o eleito José Filipe Carrilho não pode afirmar que, o Presidente da Assembleia Municipal do Crato disse que fez um ajuste direto com a Câmara Municipal do Crato, pois afirmou e afirma continuamente e reiteradamente que, não tem nenhuma prestação de serviços com a Câmara Municipal do Crato, não fez nenhum ajuste direto com a Câmara Municipal do Crato, limitou-se, nos termos outorgados por um substabelecimento outrora pelo Dr. Azevedo Brandão, havendo um problema concreto em que era interveniente o Município e que estava em causa o interesse municipal.



Esclareceu novamente que, não há ajuste direto, nunca houve, não há prestação de serviços com a Câmara Municipal do Crato, independentemente dos serviços chamarem a esta forma de pagamento ajuste direto.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, considerando que a questão levantada é pertinente e referindo que, na altura, o Presidente da Assembleia Municipal tomou a iniciativa de pedir um parecer à CCDR. Disse que se deve aguardar, com serenidade, que esse parecer chegue.

Tomou a palavra o eleito **Prof. Tribolet, do PSD**, dizendo que esta conversa tem sido esclarecedora para si, levantando-se uma dimensão que considera importante, no sentido de aclarar para o futuro e tendo presente algumas embrulhadas éticas que existem a nível nacional, que se tem visto a vários níveis e em vários Governos, referindo que gostaria de saber se é legítimo uma Câmara deliberar contratar serviços associados a interesses de membros desta Assembleia.

Referiu que, de um modo geral, se isso fosse levado ao extremo, a Câmara Municipal do Crato, estaria automaticamente proibida de comprar, fosse o que fosse, à empresa do vereador Ângelo Fernandes.

Disse que, levado ao seu limite, isto obviamente, tem que ter algum condicionamento de bom senso e de transparência.

Disse que, quando a Câmara decidiu aceitar um substabelecimento de uma entidade jurídica com a qual contratou prestação de serviços, noutra profissional que é o Presidente da Assembleia Municipal, questionando se isto está no mesmo plano de contratar a compra de produtos e serviços à empresa do vereador Ângelo Fernandes, ou não?

Questionou se é legítimo o Governo Português da República contratar serviços a uma empresa de advogados, da qual a Presidente da Assembleia da República fosse sócia, ou que fosse substabelecida por uma outra empresa de advogados com quem o Governo tem contrato?

Considera que, este é um aspeto que importa aclarar dizendo que tem havido discussões sobre a tentativa de limitar conflitos de interesses, nomeadamente na advocacia e, onde, cuidadosamente, na primeira fase, excecionaram logo a Assembleia da República e queriam incluir o Poder Local.



Disse que, às vezes, há falta de senso nas propostas que se fazem e há mais qualquer coisa que importa aclarar, pois considera que o Presidente da Mesa da Assembleia e os seus membros tem que estar num plano um bocadinho diferente dos outros todos, não referindo se é ou não legítimo.

Referiu que, quando se estão a pedir estes pareceres, talvez fosse conveniente solicitar o parecer do outro lado, porque foi a Câmara que decidiu aceitar o substabelecimento e, portanto, considera um aspeto também a considerar, sendo o outro lado da questão.

Tomou a palavra o eleito **José Maria Fura, do PS**, dizendo que, como cidadão deste Município, tem interesse em ver o Concelho desenvolver-se e criar condições que permitam o seu desenvolvimento na economia.

Referindo-se ao Projeto de Requalificação da Aldeia Histórica de Flor da Rosa, disse que, em seu tempo foi lançado, criando algumas expectativas de que, uma vez concluído, traria benefícios sociais, económicos e até ajudaria à economia do Concelho mas, disse ter algumas dúvidas que o projeto tenha chegado ao fim, pois não ficou esclarecido se o mesmo teve a sua conclusão ou não e, parte das coisas que estavam publicitadas e, de certo modo inscritas nesse projeto não se concretizaram.

Solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, o elucidasse relativamente à iluminação de Flor da Rosa, pois considera que esta é muito deficiente depois da obra feita referindo que, a iluminação que outrora existia, antes da intervenção, era a ideal.

Disse que, no tempo em que foi Presidente da Junta de Flor da Rosa, fez-se um grande esforço para recuperar as suas duas fontes, iluminando-as e dando-lhes um aspeto digno de quem as visita, pois são duas fontes históricas, têm a sua história e essa, deve ser contada e mostrada aos visitantes.

Considera que, neste momento, estão ao abandono, pois nem iluminação têm e, perguntou se, quando da implementação deste projeto, os cabos que davam iluminação às fontes, foram retirados e se as mesmas estão em condições de voltar a ter eletricidade.

Relativamente à parte paisagística, considera que os passeios pedonais, necessitam de limpeza de ervas.



Disse que, há outras pequenas coisas que foram publicitadas no momento em que foi iniciado o Projeto de Requalificação de Flor da Rosa e, que, nunca lá foram colocadas, dando como exemplo os fontanários.

Considera que estas pequenas anomalias são pontos essenciais para o bem receber dos visitantes e pediu que o esclarecessem relativamente às questões que colocou.

Tomou a palavra o eleito **Dr. Francisco Sampaio Soares, do PSD**, dizendo que iria retomar o assunto anterior.

Disse que, a questão do termo “ajuste direto” é irrelevante, a questão é, se existe ou não, uma prestação de serviços, dizendo que essa prestação de serviços ser efetuada com uma procuração originária ou como substabelecimento é indiferente, porque o mandante é a Câmara Municipal e o mandatário é aquele que, no caso do substabelecimento é substabelecido pelo procurador originário, considerando que a questão do substabelecimento não releva para efeitos de apuramento da compatibilidade ou não compatibilidade do exercício dessas funções.

Referiu que, o parecer da CCDR deveria ser rapidamente emitido, uma vez que já passaram bastantes meses e talvez valesse a pena uma insistência.

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas**, dizendo que, em todos os mandatos que cumpriu na Assembleia Municipal do Crato, este assunto não é virgem, tendo sido solicitados, nestes últimos mandatos, três pareceres, os quais foram negativos, ou seja, que não havia incompatibilidade.

Clarificou que, o substabelecimento não tem a ver com a prestação de serviços, pois não é um substabelecimento da prestação de serviços ou da avença mas sim, um substabelecimento de atos num determinado processo, referindo que não se pode manipular as palavras.

Disse que, por outro lado, no futuro poderá haver conflito de interesse, informando que a nova alteração dos Estatutos da Ordem dos Advogados, provavelmente, se for aprovada, não permitirá que os advogados sejam deputados da Assembleia Municipal, nem vereadores mas, permitirá que sejam deputados da Assembleia da República.

Esclareceu ainda que, é de todo o seu interesse que o parecer da CCDR venha de imediato, informando que há duas ou três semanas atrás telefonou para a CCDR para saber o ponto da situação relativamente à emissão do parecer.



Tomou a palavra o eleito **Dr. Francisco Sampaio Soares, do PSD**, insistindo que, na sua opinião, o facto de ser avença ou ser um serviço pontual, em termos da essência do que é o contrato que está subjacente ao exercício das funções, é exatamente a mesma coisa, sendo esta a sua interpretação.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que a CCDR, já devia ter emitido o parecer solicitado pelo Presidente da Assembleia Municipal do Crato.

Fez uma recomendação, no sentido do Executivo dar uma informação escrita aos membros da Assembleia Municipal do Crato, sobre a avaliação de execução do Projeto de Requalificação de Flor da Rosa, da taxa de execução, dos compromissos da empresa, dos compromissos financeiros e das várias etapas daquilo que foi levantado anteriormente nesta Assembleia.

Disse que, relativamente às falhas do Projeto de Flor da Rosa, é necessário chamar as empresas para esclarecer certas coisas, porque a responsabilidade pode não ser do anterior executivo nem do atual executivo.

Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal uma **Moção** sobre o **1.º de Maio, dia do Trabalhador**, apresentada pelo **Grupo do PS**, a qual foi lida e admitida para discussão por **unanimidade**.

“Moção 1.º de maio, Dia do Trabalhador

Celebrar o 1.º de maio não será só uma jornada de solidariedade para com os trabalhadores que lutam por melhores condições de vida mas também, de igual forma, um forte apoio aos que em pleno século XXI, lamentavelmente, ainda lutam pelos seus direitos sociais.

Celebrar o 1.º de maio será assim lutar pelo desenvolvimento económico, pelo desenvolvimento social e, por uma sociedade mais justa onde pontifique a igualdade e a equidade.

Porque celebrar o 1.º de maio é tudo isto, a Assembleia Municipal do Crato, reunida em 30 de abril de 2015, delibera o seguinte:

- uma saudação a todos os trabalhadores portugueses, nomeadamente aos Cratenses.

Crato, 30 de abril de 2015”

A **Moção sobre o 1.º de Maio, dia do Trabalhador** foi colocada à votação, a qual foi aprovada por **unanimidade**.



Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Gáfete, José Manuel Garcia**, congratulando-se com as Comemorações do 41.º aniversário do 25 de abril, sublinhando a dignidade com que decorreu esta iniciativa que, depois da visita a todas as freguesias do Concelho, à semelhança dos anos anteriores, este ano, terminou, na freguesia de Gáfete, salientado a atuação da Tuna Agostinhos da Roseta e da Filarmónica do Crato.

Frisou o facto das comemorações terem sido feitas, pela primeira vez, numa outra freguesia que não a de Crato e Mártires, elogiando o convívio saudável que se proporcionou entre a população.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, informou que chegaram à mesa da Assembleia Municipal, uma proposta e sugestões de alteração à proposta de ata n.º 1/2015 de 27 de fevereiro de 2015, enviadas pelo eleito José Filipe Carrilho, Independente, as quais não foram consideradas pela Mesa.

Tomou a palavra o eleito **José Filipe Carrilho, Independente**, dizendo que a mesa da Assembleia Municipal tem todo o direito em não aceitar as sugestões que são enviadas.

Disse que, as sugestões de alteração à proposta de ata que enviou, são frases soltas e, que, as mesmas, têm um contexto, referindo que a mesa se poderia apoiar na gravação para constatar em que contexto se inseriam.

Referiu que, a mesa da Assembleia Municipal, deveria ter aceite as suas sugestões.

Disse que, sabe que nem tudo tem que estar numa ata, apenas o essencial daquilo que se passou considerando que as sugestões que enviou são importantes e deveria constar da ata.

Manifestou insatisfação com a atitude da mesa da Assembleia Municipal, dizendo que iria votar contra a proposta de ata.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, disse que, qualquer membro da Assembleia Municipal tem o direito e a legitimidade de discordar com posição da Mesa da Assembleia.

Esclareceu que, se o membro da Assembleia Municipal, José Filipe Carrilho, não está satisfeito com a posição da Mesa, pode socorrer-se do recurso para o plenário e, neste caso, se a Assembleia Municipal lhe der razão, a Mesa permitirá a inclusão das sugestões de alteração que enviou.



Tomou a palavra o eleito **Prof. Tribolet, do PSD**, considerando que é uma pessoa com uma visão positiva, que todos devem ser exigentes consigo mesmo, melhorando a prestação de cada um e a relação como eleitos. Sugerindo mais cuidado com a linguagem utilizada nas sessões da Assembleia Municipal, pois este órgão exige bastante responsabilidade da parte de todos os seus intervenientes, considerando que estão numa trajetória construtiva na vida do Município do Crato.

Apesar da situação ter vindo a melhorar, considera que certas intervenções são pouco cordiais e pouco cuidadas, do ponto de vista do respeito formal humano que se deve ter pelo próximo, deixando o convite para todos serem mais ativos na boa linguagem e que solicitação à mesa da Assembleia Municipal seja mais proactiva e interventiva no sentido de relembrar a todos que o comportamento deverá ser este.

Confessou que ficou perturbado, porque denota como foi apontado, um tratamento diferente em atas anteriores, do que sucedeu, do que foi dito e do que foi registado, daquilo que sucedeu na sessão anterior, ou seja, considera que há diferença de critérios, reconhecendo que a Mesa tem toda a liberdade de querer filtrar comentários negativos e querer relevar comentários positivos.

Disse que, fica na cabeça de todos o porquê de ter havido diferença de critérios, pois numa ata as intervenções vêm plasmadas tal como aconteceu e noutras atas não.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, referiu novamente que, qualquer membro da Assembleia Municipal tem o direito e a legitimidade de discordar com posição da Mesa da Assembleia, podendo sempre socorrer-se do recurso para o plenário.

O eleito **Prof. Tribolet, do PSD**, disse que isso faria sentido se, todos os eleitos, com independência, avaliassem esta situação na sua profundidade, o que não acontece, muito naturalmente, porque todos os votos são feitos em bloco.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que enquanto foi Presidente da Assembleia Municipal do Crato, era dado um prazo alargado para todos os membros enviarem as suas sugestões de alteração às propostas de ata, no entanto, é sua convicção que, muitas vezes, na discussão acalorada que existe nas sessões da Assembleia se dizem coisas que, não devem ser colocadas nas atas, pois considera que são uma vergonha para o órgão mas, também é da opinião que, para matéria igual, tratamento igual.



Disse que, o grupo da CDU iria votar contra a ata, não pondo em causa o facto da decisão da mesa da Assembleia Municipal, não ter aceiteado as sugestões de alteração enviadas pelo eleito José Filipe Carrilho.

Tomou a palavra o eleito **Pedro Coelho, do PS**, considerando que cada membro pode e deve evidenciar o seu descontentamento pelo facto da sua sugestão ou contributo não ser aceite pela Mesa da Assembleia Municipal, assim como, a Mesa tem todo o poder para admitir ou não as propostas sugeridas.

Disse que, a Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, é clara e, no seu artigo 57.º diz que *“de cada sessão ou reunião é lavrada ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.”*

Referiu que, o que pode ser importante para o eleito José Filipe Carrilho, pode não ser importante para outro eleito qualquer, considerando e defendendo que não existe dualidade de critérios, rejeitando a sugestão de alteração apresentada por este eleito, porque nada trás de acréscimo ao que é essencialmente importante para transitar para a ata, subscrevendo a posição tomada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, colocou a **proposta de ata nº 1/2015 da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2015** à votação a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **10 (dez) votos a favor**, a saber:

- **10 (dez) votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Maria Natália Andrade Castelinho, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

b) **6 (seis) votos contra**, a saber:



- **3 (três) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Rui Miguel Varela Chorinca e Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco;
- **2 (dois) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça;
- **1 (um) voto do Independente:** José Filipe da Conceição Carrilho.

c) **3 (três) abstenções**, a saber:

- **2 (dois) votos do Grupo da CDU:** Francisco José Rei Alexandre e Manuel dos Santos Malaquias;
- **1 (um) voto do Grupo do PSD:** Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, informou do registo da correspondência **recebida e expedida** de 27 de fevereiro a 30 de abril de 2015, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, informou que foram enviadas duas queixas à CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) apresentada pelo senhor Vereador João Teresa Ribeiro, eleito pela CDU contra o Presidente da Assembleia Municipal do Crato e outra queixa apresentada pelo eleito José Filipe Carrilho, membro da Assembleia Municipal do Crato, também contra o Presidente da Assembleia Municipal do Crato.

Disse que estas queixas têm a ver com o facto de ter sido solicitado ao Presidente da Assembleia Municipal do Crato, a audição da gravação de uma sessão da Assembleia, a qual não foi autorizada nos termos e com os fundamentos do Regimento da Assembleia Municipal.

Referiu que, o Regimento da Assembleia Municipal do Crato, foi aprovado por unanimidade e, que, no seu artigo 48.º está bem explícito que, exclusivamente a Mesa poderá socorre-se de meios adequados para o registo áudio, gravações das sessões ou reuniões, como meio de apoio à redação das atas e após a sua aprovação a gravação será destruída.

Tomou a palavra o eleito **José Filipe Carrilho, Independente**, dizendo que, não apresentaria uma queixa deste tipo sem consultar juristas e, o que lhe foi dito é que, o Regimento não



substitui a Lei, esclarecendo que o que solicitou ao senhor Presidente da Assembleia foi, deslocar-se aos serviços da Assembleia Municipal, para ouvir a gravação.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, propondo que, ou a mesa da Assembleia ou um dos grupos políticos, tomassem a iniciativa, de apresentar por escrito e devidamente fundamentada, uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal do Crato, tendo em conta o assunto das gravações poderem ser ouvidas pelos eleitos quando necessário, disponibilizando-se para integrar um Grupo de Alteração ao Regimento.

Tomou a palavra o eleito **Prof. Tribolet, do PSD**, dizendo que o seu grupo político está disponível para discutir qualquer alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, pois considera oportuno.

Considera que, se a gravação serve de suporte à elaboração da ata e depois desta aprovada procede-se à sua destruição, está implícito qualquer um dos eleitos, ao discutir a proposta de ata, para validar e verificar a sua correção, pode ouvir a gravação.

O **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas**, referiu novamente que no artigo 48.º do Regimento da Assembleia, está bem explícito que, exclusivamente a Mesa poderá socorre-se de meios adequados para o registo áudio, gravações das sessões ou reuniões, como meio de apoio à redação das atas e após a sua aprovação a gravação será destruída.

Tomou a palavra o eleito **Pedro Coelho, do PS**, questionando se agora existe uma metodologia nova e se no mandato anterior era tudo diferente, lembrando que o critério que se segue, essencialmente nesta Assembleia Municipal, é aquele que foi seguido nos últimos quatro anos e, nunca foram levantadas este tipo de dúvidas.

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

1. Atividade da Câmara Municipal

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal do Crato, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que nos termos da Lei foi, devidamente distribuída, uma relação da Atividade da Câmara Municipal, fazendo um resumo das atividades desenvolvidas por cada sector e, referindo a situação financeira à data de 18 de abril, chamando a atenção para as dívidas de



médio e longo prazo, à data de entrada em funções deste mandato, as quais encurtaram meio milhão de euros, ou seja, houve um decréscimo de 12% sobre o valor de 22 de outubro de 2013.

Informou que na dívida do *leasing* houve também um decréscimo de 33%, informando o resumo diário da tesouraria e colocando-se à disposição para esclarecer dúvidas que tenham surgido por parte dos eleitos da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o eleito **José Filipe Carrilho, Independente**, mostrando-se satisfeito pelo decréscimo da dívida mas, continua com dúvidas relativamente às obras que vêm referenciadas no documento da Atividade da Câmara Municipal, entregando à Mesa, um requerimento solicitando esclarecimento sobre as obras/empreitadas que estão na fase de lançamento administrativo, as que já terminaram os trabalhos no terreno, mas que continuam no papel e as que ainda têm trabalho no terreno.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, recomendando que fosse encontrado uma forma de minimizar os danos causados às pessoas que necessitam circular na estrada Crato/Monte da Pedra, pelo facto da Ponte de Cujancas ainda não estar aberta ao público.

Chamou a atenção para um lapso na data do edital da Câmara Municipal, sobre a hasta pública para a Concessão do snack bar da Piscina de Gáfete.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Mendonça**, referindo-se ao problema da Ponte de Cujancas, dizendo que já teve oportunidade de falar do assunto com o senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual já lhe deu algumas explicações e, perguntou para quando está prevista a reabertura daquele troço, pois os transtornos são evidentes.

Referiu que algumas estradas municipais foram intervencionadas há pouco tempo, dando como exemplo as estradas de Monte da Pedra/Sume e Monte da Pedra/Gáfete, que estão a apresentar sinais de grande degradação afetando os automobilistas, solicitando que a Câmara faça algo para melhorar esta situação.

Disse que, a sinalização rodoviária também está um pouco deficiente, referindo-se ao cruzamento Aldeia da Mata/Vale do Peso/Monte da Pedra e à entrada de Monte da Pedra, situações que já estão referenciadas.

Outra questão que referiu e, que, já vem do mandato anterior, é o facto dos animais bovinos andarem constantemente à solta pelas estradas municipais, pondo em causa a segurança dos



automobilistas, referindo que as autoridades são chamadas ao local, levantam os autos mas, esta situação continua a acontecer, informando que da parte da Junta de Freguesia de Monte da Pedra foram feitas as comunicações devidas às entidades competentes, sabendo que tudo demora muito tempo e a situação vai-se arrastando.

Tomou a palavra o eleito **Pedro Coelho, do PS**, referindo que volvidos 16 meses do atual executivo é fácil ver que as dívidas do Município desceram consideravelmente, congratulando-se e saudando o Executivo, com esta gestão com rigor, com critério e sobretudo cuidadosa porque os tempos são difíceis, onde urge racionalizar qualquer cêntimo gasto, invertendo-se uma tendência perigosa, dizendo que há 16 meses atrás a autarquia tinha dinheiro para pagar apenas um mês de salários e hoje, com um trabalho meticoloso, existe um saldo positivo.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal do Crato, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que relativamente à intervenção do eleito Pedro Coelho, os números são estes, não têm contestação, tratando-se de operações aritméticas e não mentem e, porventura, há quem os queira enfatizar, salientar, dar importância e, há também quem os queira apagar e silenciar preferindo trazer para a discussão, assuntos ruidosos mas sem conteúdo. Disse que, o que tem conteúdo e o que é realmente importante, não chega à cabeça de alguns, o que lamenta.

Referiu que, há limites para tudo e, há ruídos que não podem continuar a acontecer neste Município sob pena de, em nome de se querer a verdade, em nome de se querer o desenvolvimento, se está a cavar a própria sepultura.

Relativamente à questão dos bovinos, levantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, disse que a Câmara Municipal tem competências insuficientes para resolver este problema, todavia não foi abandonado e sabe oficiosamente que algumas denúncias, chegando a essas entidades competentes batem na parede e voltam para trás, sabe-se lá em nome e por ordem de quem, lamentando e associando-se àqueles que se preocupam com este problema.

Disse que, haverá seguramente outros desenvolvimentos e outros modos de atuação e, em nome da Câmara Municipal irão prosseguir, que aqui não cabe revelar, sob pena de alguns, usando poderes que têm, virem também a impedir que isto possa ter efeito positivo para a solução do problema.



Relativamente às estradas em mau estado recordou que, houve um plano de intervenções no mandato anterior, tão recente que, fica espantado que alguns membros da Assembleia Municipal, aqui não o relatem, porque é suspeito que obras feitas em tão curto lapso de tempo, não tenham um mínimo de duração, que lhes faltou qualidade, questionando porquê, qual a razão de não duraram essas obras, essas intervenções onde foram usados dinheiros públicos, comunitários e municipais.

Em relação à Ponte de Cujancas disse que esta tem um concurso público que foi lançado pelos seus antecessores na Câmara Municipal e que não pode alterar. Essas condições ditadas por esse caderno de encargos estão estabelecidas, as quais dizem que os prazo de execução da obra terminam em outubro de 2015.

Referiu que, quem quiser vir dizer que o Presidente da Câmara Municipal está a atrasar os trabalhos, não só mente despudoradamente como pretende arranjar ruído para tapar incúrias, impreparações e incapacidades do planeamento.

Disse que, a Câmara atual, é subsidiária de um cronograma financeiro que foi colocado pelos seus antecessores, ao qual não pode fugir e, tudo fez, todavia, para encurtar prazos, para avançar trabalhos mas, há elementos de natureza formal que são manifestamente impeditivos de se andar mais depressa, desde logo a limitação dos orçamentos, não se podendo executar em 2014 verbas que só estão alocadas, a essa obra, em 2015, nem se pode exigir ao empreiteiro que avance sobre um cronograma e um prazo de execução de obra, ao qual a Câmara Municipal está vinculada e que não se pode alterar. Disse que, se beneficiará, na medida do possível, do bom empenho do empreiteiro, se assim o quiser e puder, para a resolução do problema da obra.

Tomou a palavra o eleito **Prof. Tribolet, do PSD**, dizendo que, o conjunto dos documentos enviados, na sua generalidade, estão bastante completos, lamentando não ter tido muito tempo para os avaliar como desejava, não se sentindo habilitado para apreciações como gostaria de fazer, afirmando que tem apreço pela evolução da situação da Câmara, do ponto de vista orçamental e financeiro, que aliás, os números demonstram com bastante evidência, considerando que o Poder Autárquico tem vindo a resolver a sua dívida mais rápido que o Poder Central.



Referiu que, há uma evolução muito positiva e significativa na rúbrica Venda de Bens e Serviços em 2013 e 2014, perguntando ao senhor Presidente da Câmara, que tipo de atividade municipal está por detrás, para este substancial aumento de Venda de Bens e Serviços.

Tomou a palavra o eleito **Dr. Sampaio Soares, do PSD**, dizendo que depois de apreciar o relatório da Atividade da Câmara Municipal, um dos pontos que lhe suscitou algum interesse e curiosidade, tem a ver com o registo do movimento turístico que, discrimina os primeiros três meses do ano e o total de turistas portugueses e estrangeiros, perguntando qual a origem destes dados e, considerando que o Turismo é uma das áreas que o Crato deve acarinhar e, que poderá trazer algumas receitas ao Município.

Considera também que esta estatística é importantíssima, no sentido de serem tomadas medidas e possam ser desenvolvidas políticas que, de forma sustentada, promovam a atividade turística no Concelho, perguntou se é possível saber qual o local em que estes turistas, eventualmente, ficaram hospedados e qual o tempo de estadia, congratulando-se com esta informação.

Tomou a palavra o senhor Presidente da **Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Garcia**, questionando o senhor Presidente da Câmara sobre a necessidade de reabilitação do património imóvel urbano, que está em estado de degradação e, que, alguns deles põem em risco bens materiais e até vidas humanas, falando concretamente no que diz respeito à sua freguesia na qual já fez um levantamento dos ditos imóveis e sabendo que não é da responsabilidade da Câmara Municipal a reabilitação dos mesmos mas, deverá esta notificar os respetivos proprietários no sentido de os alertar para a situação, evitando assim, no futuro, algum constrangimento, até ao nível de apuramento de responsabilidade no caso de haver um acidente.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que os Bens e Serviços tiveram um acréscimo sensível, não havendo uma situação especial, havendo apenas uma preocupação em fazer cobranças, sendo essa a regra que deu resposta a esse valor.

Relativamente à estatística sobre o Turismo, ela é retirada, fundamentalmente, sobre visitas ao Mosteiro de Flor da Rosa, não havendo possibilidade de saber, além disso, apesar da preocupação em termos de ação política é fazer que aconteça alguma coisa que seja chamativo



para a economia local, dando como exemplo o Festival do Crato e a Prova de Orientação, que em tempos se trouxe ao Município milhares de pessoas.

Relativamente ao património degradado disse que este é um problema da preocupação da Câmara Municipal, informando que está a ser preparada uma candidatura, não tendo certezas ainda de que ela venha a ser aprovada, que pode dar em parte daquele programa de trabalho uma resposta favorável, no domínio do Portugal 2020.

Em relação apuramento de responsabilidade no caso de haver um acidente com um imóvel degradado disse não poder responder em abstrato mas, parece-lhe, com a sua formação jurídica, que os titulares do património são os responsáveis pelos danos provocados.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, considerando que não se podem criar falsas expectativas sem se saber os quantitativos em relação àquilo que vai ser atribuído, no Programa Portugal 2020, no que concerne à questão da regeneração urbana, pois, pelo conhecimento que tem, há coisas que não são boas.

Disse que, há 16 anos o concelho do Crato era dos Concelhos do distrito de Portalegre, que era exímio exemplar no estado de todas as estradas municipais. No mandato anterior fez-se uma intervenção de conservação em algumas delas, considerando que neste momento já necessitam de uma grande intervenção.

Disse que, se congratula sempre pelo equilíbrio financeiro de qualquer Câmara Municipal desde que esse equilíbrio não chegue ao ponto de não se ter dinheiro e ao mesmo tempo não se ter feito nada, considerando que, se há dívida, esta tem que ser paga.

Relativamente à Ponte de Cujancas, perguntou se não há uma alternativa, no sentido de minimizar os danos causados às pessoas, que por ali têm que circular, enquanto não for resolvida a entrega da obra.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal do Crato, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que, subscreve as reflexões feitas pelo eleito Fernando Carmosino e esclarecendo que não é a si que o eleito acusou de criar falsas expectativas relativamente ao Programa Portugal 2020, pois pode haver pessoas que pensam que foi um aviso ao Presidente da Câmara.

Considera que, é bom que se esteja avisado e, que, tendo começado o programa financeiro do QREN no dia 1 de janeiro de 2014, ainda não seja possível apresentar-se candidaturas porque não há regulamentos finalizados e os pacotes financeiros não estão identificados e, essa



impossibilidade e esse atraso, obriga a que haja reflexos na Conta de Gerência da Câmara Municipal do Crato, relativamente a 2014 quanto a despesas de capital.

Relativamente à rede rodoviária, lembrou que alguém fez mais alguma coisa também, dando como exemplo a estrada do Crato/Aldeia da Mata, que já tem 11 anos de execução e continua a ter um piso de qualidade, pois a intervenção feita na altura foi com alguma profundidade e qualidade, melhorando o piso que ainda hoje tem excelentes condições para trânsito, com uma camada de desgaste, ainda assim, aceitável, o que mostra que há obra e obras.

2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Avaliação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município - ano 2014

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, colocou a **Avaliação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município - ano 2014** à votação, a qual foi aprovada por maioria, a saber:

a) **14** (catorze) **votos a favor**, a saber:

- **10** (dez) **votos do Grupo do PS**: António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Maria Natália Andrade Castelinho, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **3** (três) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça;
- **1** (um) **voto do Independente**: José Filipe da Conceição Carrilho.

b) **5** (cinco) **abstenções**, a saber:

- **5** (cinco) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Francisco José Rei Alexandre, Manuel dos Santos Malaquias, Rui Miguel Varela Chorinca e Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco.



3. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas - 2014

Tomou a palavra o eleito **Prof. Tribolet, do PSD**, dizendo que gostaria de ouvir uma consideração do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o facto da apresentação de um resultado líquido negativo de duzentos e vinte e oito mil e setecentos euros, pois considera que merece preocupação sabendo que é um resultado melhor que nos anos anteriores.

Por outro lado, constatou que autonomia financeira melhorou um pouco e está nos 19%, não conseguindo vislumbrar a sustentabilidade nas operações de uma organização com estes indicadores, considerando que é uma trajetória preocupante.

Tomou a palavra o eleito **José Filipe Carrilho, Independente**, dizendo que depois de analisar os documentos constatou que a Execução Anual de Investimentos foi 15%, considerando que teve uma percentagem baixíssima, as Grandes Opções do Plano foi 30% e as Atividades mais Relevantes foi 66,93%, sabendo que este Orçamento não era o do senhor Presidente da Câmara mas teve que trabalhar com ele, considerando que não é um Orçamento viável.

Disse que, as despesas com o Festival do Crato foram trezentos e noventa e nove mil euros, dizendo que não conseguiu encontrar a receita, tal como o Passeio TT Crato por Quatro tem a despesa e não tem a receita e a Festa de Passagem do Ano e Carnaval também não conseguiu ver os valores, pedindo esclarecimentos ao senhor Presidenta da Câmara Municipal.

Disse que, numa rúbrica aparece um pagamento de oitenta e nove mil euros referente a captações nas Termas de Monte da Pedra, perguntando se continuam obras neste equipamento da Câmara Municipal.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal do Crato, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que, pela primeira vez, a Conta da Câmara Municipal tem uma certificação legal, que todos receberam, assinada pelo Revisor Oficial de Contas, que a Assembleia Municipal escolheu por voto secreto.

Têm para lá desta certificação legal de contas, o Relatório e Parecer do dito Revisor, o qual diz que *“está de acordo que o Relatório de Gestão, assim como a Proposta de Aplicação de Resultados, nele incluída e apresentados pelo Órgão Executivo, cumprem o exigível na Lei”* e que *“é de parecer que a*



Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Órgão Executivo, aprovar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2014."

Disse que, o Documento de Prestação de Contas, não é mais do que a constatação de factos, cuja execução passou no tempo, tudo isto aconteceu numa data, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2014, bem feito, com sentido de oportunidade, com sentido político correto ou não, está feito, sendo uma despesa e uma receita que estão executadas e, por isso, o fundamental de um documento nestas condições, é verificar se ele cumpre os procedimentos legais atinentes ou não cumpre e, no caso de não cumprir, em que é que se afasta.

Referiu que, o Revisor Oficial de Contas diz que cumpre em toda a linha as procedimentações que a Lei obriga, sendo o resto avaliações de natureza políticas sobre a Execução Orçamental e, essas vão ocorrendo ao longo do ano, dizendo que as contas são o que são e não aquilo que gostaria que fossem.

Disse que, ter dinheiro e ter coisas por fazer também não anima muito e não se pode ter dois pesos e duas medidas, quando se tem dinheiro, diz-se que as coisas estão por fazer, mas quando as coisas estão feitas e não se tem dinheiro, diz-se que se tem uma dívida enorme.

Referiu que, a Câmara Municipal tende para o equilíbrio e entende que o dinheiro deve ser usado a bem das populações, sendo esse o fim a que se destina, executando, na medida do possível, todas as medidas que legalmente lhes são admissíveis e, que, constarem do caderno de compromissos e dos programas de atividade aprovados todos os anos.

Disse que, a Assembleia Municipal, pela primeira vez tem, o conforto de decidir com uma informação de uma entidade, ou seja, o Revisor Oficial de Contas.

Disse que, tanto quanto sabe, porque não se quis imiscuir nunca nos processos de escolha, nem de acompanhamento do Revisor Oficial de Contas, sabe que a atividade dele dentro da Câmara Municipal não se remete ou nem se resume a uma mera formalidade fiscalizadora em final de execução, sabendo que ele acompanhou, de facto, com muito pormenor toda a Execução Orçamental, desde o momento em que entrou em funções.

Referiu que, o Prof. Tribolet teria colocado uma questão numa outra Assembleia Municipal, nomeadamente saber se era ou não exigida que já houvesse no ano passado uma tutela do Revisor Oficial de Contas e, não era mas, agora é, e ele cá está e no tempo oportuno, quer a Câmara Municipal quer o seu Presidente, quer a Assembleia Municipal decidiram pela escolha



do Revisor Oficial de Contas e, por isso, esse acompanhamento é um acompanhamento no terreno.

Considera que, há muito a fazer, em matéria de Execução Orçamental do ponto de vista das formalidades contabilísticas, havendo também muitos empecilhos, muita dificuldade de natureza administrativa, burocrática, de alterações sistemática na Lei da Execução Orçamental a que a Câmara Municipal está obrigada, não havendo fuga possível.

Referiu que, a execução das contas em matéria de Municípios, em matéria de Câmaras Municipais, tem este rigor, sendo impossível fugir àquilo que a Lei hoje aplica.

Dirigiu-se ao eleito José Filipe Carrilho dizendo-lhe que, esperava da sua parte, a afirmação que fez, quando diz que a execução é baixíssima, dizendo que não é razoável comparar propostas, orçamentos com execuções, sendo razoável comparar, execuções com execuções e, saber, se num dado ano se progrediu, se melhorou, em que se piorou e em que se melhorou, relativamente ao ano antecedente.

Referiu que, estar a fazer comparações com percentagem de execução de um orçamento, no qual ou em cuja execução se tem muito pouca autonomia, não é plausível, considerando que a execução é razoável, sendo toda aquela que foi possível fazer-se neste ano de 2014, informando que a Câmara Municipal executou despesa superior à receita considerando a folga que trazia do mandato antecedente, o que quer dizer que, não se esteve a guardar dinheiro para depois fazer floretes aqui ou acolá.

Relativamente à autonomia financeira abordada pelo Prof. Tribolet, perguntou que autonomia têm hoje os Municípios Portugueses, de natureza financeira, se quase toda a fonte de rendimento que têm é, a transferência da Administração Central e, que, está a ser encurtada, não se podendo executar pois, as Câmaras Municipais estão a receber cada vez menos.

Referiu que, não se pode aumentar o pecúlio da aplicação no terreno a favor das populações, pois o Governo está a cortar, cada vez mais, nas transferências para os Municípios, desejando que haja uma alteração nos procedimentos da Administração Central, no sentido de, serem transferidas mais competências para o Poder Local.

Disse que, a Administração Central reconhece que o Poder Local faz melhor, faz mais depressa porque está mais próximo das populações, conhece melhores os problemas e, porque é que não são transferidas mais verbas para os Municípios para se poder fazer mais obra.



Disse que, gostaria de ouvir o eleito José Filipe Carrilho, criticar o Governo do seu partido, por ter colocado, de forma imperativa aos Municípios, essa multa enormíssima de constituir o Fundo de Apoio Municipal, por fazer cortes sucessivos e por ser responsável por terem sido retirados, aos Municípios, trezentos e setenta mil euros.

Referiu que, não está a perseguir o eleito José Filipe Carrilho, apenas está a tentar enfatizar as coisas para as quais o eleito podia olhar porque sabe, falando com um sentido de destruição política municipal, de que o eleito faz parte, de que todos fazem parte e, portanto, considera que ao derrotar e ao destruir, está-se a derrotar e a destruir a si próprio, pedindo que reconsidere a sua posição.

Relativamente às contas disse que, têm um resultado negativo mas, ainda assim, como constatou o Prof. Tribolet, é menos negativo que o ano passado, o que quer dizer que houve progressos, houve uma evolução favorável de 2013 para 2014.

Disse que, a Câmara Municipal teve que pagar quatrocentos e vinte oito mil euros dos empréstimos, valor esse que, se fosse abatido, não teria esse resultado negativo, sendo óbvio ter que pagar os empréstimos fazendo referência também às amortizações do património, as quais são quinze milhões de euros, sendo metade do ativo líquido do ano passado, o que quer dizer que se teve que acrescentar muito outro património para compensar esse valor das amortizações.

Referiu que, o resultado líquido aqui, não tem uma visão catastrófica, no domínio público como teria, por exemplo, no domínio de uma empresa privada.

Disse que, sem estar eufórico com o exercício de 2014, ele é o exercício possível, de grande responsabilidade, muitas vezes de muitos murros na mesa para dizer não a certas despesas escandalosas.

Disse que, na Prestação de Contas, no seu ponto 8.2.12 – Imobilizações corpóreas em curso e Bens de Domínio Público com obras em curso, documento que, como Presidente de Câmara é obrigado a promover na sua elaboração e a assinar como último responsável, tem várias obras que o eleito José Filipe Carrilho não gosta de ver aqui, elencadas na atividade da Câmara Municipal, dizendo que quem manda escrever isto, é o Governo que o eleito José Filipe Carrilho apoiou, com toda a legitimidade.



Tomou a palavra o eleito **José Filipe Carrilho, Independente**, dizendo que, as questões que colocou, o senhor Presidente da Câmara também as colocou no mandato anterior, quando era vereador.

Tomou a palavra o Presidente da **Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Garcia**, dizendo que pela primeira vez as contas são certificadas obrigatoriamente pelo Tribunal de Contas, por um Revisor Oficial de Contas, apelando para a leitura do ponto 7 da Certificação Legal de Contas, opinião emitida pelo Revisor, que diz que, na sua opinião *“as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Município do crato, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.”*

Disse que, um profissional como o Revisor Oficial de Conta e a responsabilidade que tem ao emitir esta opinião, tecnicamente está tudo dito, mas politicamente é claro que as contas são geridas por opções políticas.

Disse que, as normas contabilísticas estão em vigor e, como tal têm que ser cumpridas, sendo isso que o Revisor faz.

Disse que, o senhor Presidente da Câmara Municipal alertou para as amortizações do património, alertando para as amortizações do exercício, pois a fotografia financeira de uma entidade revela-se precisamente pela demonstração de resultados, havendo uma diminuição do resultado líquido de 2013 para 2014, mas há amortizações do exercício no valor de um milhão, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e trinta e sete euros e trinta e três cêntimos e, em 2013, tinha um milhão trezentos e setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos.

Disse que, a amortização do exercício é amortização do património dos investimentos que foram feitos ao longo dos anos e que são amortizados anualmente, até terminar, dizendo que muitos destes investimentos já estão totalmente pagos, o que é certo é que, tecnicamente, os custos vão ser diluídos ao longo dos anos, não sendo preocupante o resultado negativo.

Tomou a palavra o **Prof. Tribolet, do PSD**, dizendo que é a primeira vez que participa numa discussão deste tipo, num contexto autárquico e, que, abrange um ano inteiro, considerando que a apreciação de um documento destes é técnica e não política, mas na verdade os eleitos são



representantes do povo e as pessoas gostariam de perceber, pois muitas vezes não estão habilitados para fazer esta apreciação técnica, considerando que estes documento poderia vir num formato e numa linguagem em que fosse apreciado o conteúdo e não o aspeto formal e técnico.

Tomou a palavra o eleito **Pedro Coelho** do PS, dizendo que, é unânime a excessiva dependência dos Municípios em relação às transferências da Administração Central mas, existiu uma preocupação neste Executivo durante o ano económico de 2014 e reparando nas receitas próprias, o dinheiro de encaixe foi superior aos últimos anos, ou seja, em 2014 ao nível das receitas próprias a autarquia conseguiu arrecadar mais dinheiro.

Disse que, tendo em conta as transferências da Administração Central ser reduzidas, deu os parabéns pela capacidade de gerar receita deste Executivo, sendo exemplo disso o último Festival do Crato, onde gastando menos dinheiro conseguiu-se uma receita bem superior.

Fez referência também às despesas com pessoal, constatando que no ano de 2014 foi feita uma despesa mais avultada que em anos anteriores, com pessoas desempregadas, pois considera que a política é isto mesmo, é a proximidade e a cooperação com as pessoas, na medida do possível e, das disponibilidades, junto daqueles que mais necessitam.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que certas intervenções feitas da forma como foram feitas, se entende que, como agora há um Revisor Oficial de Contas, agora está tudo bem, considerando que não se deve misturar questões técnicas com questões políticas, pois o que aqui está são opções políticas.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, colocou o **Documento de Prestação de Contas - 2014** à votação, o qual foi **aprovado por maioria, a saber:**

a) **10 (dez) votos a favor**, a saber:

- **10 (dez) votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Maria Natália Andrade Castelinho, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da



Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

b) **5 (cinco) votos contra**, a saber:

- **5 (cinco) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Francisco José Rei Alexandre, Manuel dos Santos Malaquias, Rui Miguel Varela Chorinca e Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco (com apresentação de declaração de voto)

c) **4 (quatro) abstenções**, a saber:

- **3 (três) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça;
- **1 (um) voto do Independente:** José Filipe da Conceição Carrilho (disse apresentar declaração de voto)

4. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão ao Orçamento - 2015;

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, colocou a **1.ª Revisão ao Orçamento - 2015** à votação, a qual foi **aprovada por maioria, a saber:**

a) **13 (treze) votos a favor**, a saber:

- **10 (dez) votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Maria Natália Andrade Castelinho, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **1 (um) voto do Independente:** José Filipe da Conceição Carrilho.



- **2 (dois) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça;

b) **5 (cinco) votos contra**, a saber:

- **5 (cinco) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Francisco José Rei Alexandre, Manuel dos Santos Malaquias, Rui Miguel Varela Chorinca e Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco.

c) **1 (uma) abstenção**, a saber:

- **1 (um) voto do Grupo do PSD:** Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares.

5. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2015 - 2018**;

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, colocou a **1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2015 - 2018** à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **13 (treze) votos a favor**, a saber:

- **10 (dez) votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Maria Natália Andrade Castelinho, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **1 (um) voto do Independente:** José Filipe da Conceição Carrilho.
- **2 (dois) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça;

b) **5 (cinco) votos contra**, a saber:

- **5 (cinco) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Francisco José Rei Alexandre, Manuel dos Santos Malaquias, Rui Miguel Varela Chorinca e Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco.



Assembleia Municipal

c) 1 (uma) **abstenção**, a saber:

- 1 (um) **voto do Grupo do PSD**: Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO:

Interveio o senhor João Abelha solicitando um esforço maior ao senhor Presidente da Câmara no sentido de antecipar a abertura da Ponte de Cujancas ao público.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão à uma hora e doze minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Belo Salvado Pratas**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

António Belo Salvado Pratas
Cristina Isabel dos Santos Pereira

Declaração de voto

Voto contra a aprovação da acta n.º1 da sessão ordinária de 27 de Fevereiro de 2015 por considerar que a Mesa da Assembleia Municipal do Crato não respeitou os mais elementares direitos democráticos ao não incluir na supra citada acta as sugestões propostas.

Apresentei proposta de recomendação, sobre a qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Crato tem todo o direito de discordar e argumentar.

A Política, palavra odiada cada vez mais por pessoas da nossa Terra e não só, serve para se poder estar a favor e discordar, mas com princípios que não ofendam o bom nome, a honra, a dignidade e o carácter dos adversários.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal do Crato utilizou na resposta sobre a proposta, linguagem de uma baixeza anormal, para quem devia dar o exemplo de sobriedade e tolerância, não rebatendo o que era proposto, mas sim invectivando.

O Sr. Presidente da Assembleia ouviu, sem intervir, o que lamento profundamente sabendo que não se abstém de chamar outros membros quando acha que estão a infringir regras no seu entender.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal do Crato utilizou frases que passo a transcrever:

“Com essa proposta de recomendação o senhor vomita ódio” “O ódio há-de consumi-lo” “A Erisipela há-de consumi-lo” “Você quer é dar shou” “Criou um ódio ao actual executivo” “Só por exercício de maldade e vingança” entre outros impropérios indignos de serem ditos na Assembleia Municipal.

Também o Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Crato, em resposta a uma declaração que fiz e que aqui transcrevo: “ Em Assembleias Municipais com Presidentes diferentes e com o Sr. como Vogal na bancada foram apresentadas propostas de recomendação e votadas”, se insurgiu contra dizendo alto e bom som que não o atacasse.

Nada disto ficou registado em acta, considerando eu que não ficou um resumo do que de essencial se passou em relação á proposta de recomendação que apresentei, conforme artigo 58, 1.º da lei 75/2013.

Finalmente recordo que a proposta de recomendação tinha na sua essência, que a Câmara Municipal do Crato convida-se os Membros da Assembleia Municipal a visitar as obras em curso.

04.05.2015

Respeitosamente

Jose Filipe da Conceição Carrilho

Declaração de voto

O meu voto ABTSENÇÃO, no documento Prestação de Contas tem como argumento a fraca taxa de execução.

Também aparece um pagamento de 89.000,00€ referentes às Termas do Monte da Pedra, que ficou sem explicação, que pedi ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Também as despesas com os eventos PASSAGEM DE ANO e CARNAVAL, não estão compreensíveis no documento.

Bem como as receitas dos eventos FESTIVAL DO CRATO, PASSAGEM DE ANO, CARNAVAL E TODO O TERRENO.

Pedi informação ao Sr. Presidente da Câmara Municipal do Crato, o qual não respondeu.

José Filipe da Conceição Carrilho